



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007155-61.2018.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Perdas e Danos**  
Requerente: **Servtrônica Segurança Eletrônica Ltda**  
Requerido: **Marcio José de Souza**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

Vistos,

Servtrônica Segurança Eletrônica Ltda., devidamente qualificada nos autos, ajuizou Ação de Cobrança em face de Marcio José de Souza, também qualificado nos autos, aduzindo, em síntese, que é credora do réu no valor de R\$ 995,75, referente às parcelas vencidas do contrato de prestação de serviço de monitoramento eletrônico e do adendo contratual de segurança eletrônica monitorada.

Citado, o réu não contestou o pedido (fl. 37).

É uma síntese do necessário.

Fundamento e decido.

A procedência do pedido é de rigor.

Citado, o réu deixou de contestar o pedido operando-se os efeitos da revelia.

Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, inciso II, no NCPC. A outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344, do mesmo Código.

O contrato de prestação de serviço e adendo contratual de locação de chip colacionados às fls. 16/23, devidamente assinados pelas partes, confirmam as alegações deduzidas na inicial.

Assim sendo, de rigor a procedência do pedido, pois não há como exigir a produção de prova negativa, por parte da autora, de que não recebeu as parcelas vencidas atreladas ao contrato de prestação de serviço.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Desta forma, procedem integralmente os reclamos da autora.

Diante do exposto, julgo procedente o pedido de cobrança e condeno o réu ao pagamento da quantia de R\$ 995,75, valor a ser devidamente atualizado por correção monetária desde o vencimento da dívida, além de juros legais de mora, a partir da citação.

Sucumbente, arcará o réu com o pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R\$ 350,00, nos termos do artigo 85, §8º, do Novo Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 21 de setembro de 2018.

Juiz(a) **FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**